

SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO – SINAES
FACULDADE CENEQUISTA DE OSÓRIO – FACOS
COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO – CPA

PROJETO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Elaborado pela Comissão Própria de Avaliação – CPA

Osório/RS, março de 2011.

Reorganizado em 2013.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

MEMBRO	SEGMENTO
Anair Teresinha Fiorenzano de Lima	Técnico-Administrativo
Angélica Belloli	Técnico-Administrativo
Cassiana Campos dos Anjos	Sociedade Civil
Cassiana Solandra Ferreira Dadda	Discente
Cristiano Goergen Portner	Docente
Erica Ferreira Souza	Discente
Fernanda Mallmann Pacheco	Docente
Igor Velho de Souza	Docente
Jorge Vilson Pereira Coelho Brandalize	Discente
Luis Soledade da Silva	Técnico-Administrativo
Nevedemia Maria Famer Borba	Sociedade Civil
Sonia Maria Milanezi	Sociedade Civil

SUMÁRIO

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO	4
1. Apresentação	4
1.1. Perfil Institucional da Faculdade	5
1.1.1. Histórico da Mantenedora – CNEC	5
1.1.2. Histórico da Faculdade Cenecista de Osório – FACOS	6
2. Justificativa	12
3. Objetivos e Atribuições da CPA	14
4. Metodologia	15
5. Dimensões da Avaliação	21
5.1. da dimensão 1	22
5.2. da dimensão 2	22
5.3. da dimensão 3	26
5.4. da dimensão 4	27
5.5. da dimensão 5	27
5.6. da dimensão 6	28
5.7. da dimensão 7	30
5.8. da dimensão 8	31
5.9. da dimensão 9	32
5.10. da dimensão 10	33
6. Formas de Utilização dos Resultados	35
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	36
ANEXO I	37

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO

1. Apresentação

Neste projeto, apresenta-se o processo de organização do Programa de Avaliação da Faculdade Cenequista de Osório - FACOS, que se institucionalizou a partir do ano de 2004, após a publicação da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. O **Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES)** é formado por três componentes principais: a avaliação das instituições, dos cursos e do desempenho dos estudantes. O SINAES avalia todos os aspectos que giram em torno desses três eixos: o ensino, a pesquisa, a extensão, a responsabilidade social, o desempenho dos alunos, a gestão da instituição, o corpo docente, as instalações e vários outros aspectos.

A Lei nº 10.861 de 14.04.2004, em seu artigo 11, instituiu a Comissão Própria de Avaliação, com atribuições que contemplam a condução dos processos de avaliação interna e a sistematização e prestação de informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira INEP/ MEC. Na FACOS a CPA foi constituída pela Resolução nº 002 de 2005, onde o Prof. Dr. Jorge Francisco Bertinetti Lengler, Diretor Interino, instituiu oficialmente a Comissão Própria de Avaliação - CPA, com representações dos diversos segmentos requeridos em Lei.

A CPA da FACOS estabelece olhares sobre as várias dimensões institucionais, por meio de ações transversais de avaliações dos encaminhamentos institucionais nas dimensões acadêmicas, infraestruturais, administrativas e ações comunitárias, de forma sistematizada e periódica.

Em 2010, a FACOS solicitou credenciamento para educação à distância, com isso a CPA sentiu a necessidade de modificar seu olhar de avaliação ampliando

o Projeto de Avaliação para acolher a Educação à Distância. O mesmo ocorre em 2013, quando do protocolo para implantação do Centro Universitário UNICNEC.

Apresenta-se, também, um breve histórico da Instituição e de sua Mantenedora para fins de contextualização do perfil do plano de ações descrito posteriormente.

1.1. Perfil Institucional da Faculdade

1.1.1. Histórico da Mantenedora - CNEC

A Mantenedora Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC - foi criada em 29 de julho de 1943, por Felipe Tiago Gomes, na cidade do Recife – Pernambuco, com o objetivo de oferecer um ginásio gratuito para estudantes pobres. A entidade foi originalmente denominada de Campanha do Ginasiano Pobre – CGP. Posteriormente, passou a ser Campanha dos Educandários Gratuitos (CEG); mais tarde Campanha Nacional de Educandários Gratuitos (CNEG); e, atualmente, Campanha Nacional de Escolas da Comunidade – CNEC.

A CNEC, há mais de sessenta anos, vem prestando relevantes serviços à comunidade, especialmente na área educacional, atendendo alunos carentes de recursos financeiros.

A CNEC não oferece à comunidade um padrão de escola particular ou pública, mas busca reunir o que há de positivo nos dois modelos, resultando um terceiro gênero – a *Escola Comunitária*. É uma sociedade civil sem fins lucrativos, que visa a promover o desenvolvimento comunitário, tendo sido declarada de utilidade pública pelo Decreto Federal nº 36.505/54. Segundo seu Estatuto, tem como finalidade e objetivos institucionais:

- a) oferecer educação em todos os graus, níveis e modalidades de ensino;
- b) despertar e coordenar os esforços das comunidades para ações educativas, culturais, assistenciais e de preservação ambiental;

c) implantar, nas áreas do ensino geral e técnico, unidades de prestação de serviços, de produção e comercialização, bem como de editoração, comunicação social e turismo;

d) formular processos de mudanças de hábitos.

Os princípios e as condições de organização do trabalho previstos em documentos organizados e disponibilizados pela CNEC se aplicam a todas as suas unidades de funcionamento e a todos os cursos ofertados, ou seja, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

1.1.2. Histórico da Faculdade Cenecista de Osório - FACOS

A Faculdade Cenecista de Osório foi criada pelo Decreto número 85.867, de 1º de abril de 1981, publicado em 3 de abril de 1981, juntamente a autorização de funcionamento dos cursos de Letras e Estudos Sociais. Em 26 de junho de 1992, pela Portaria nº 986, foi reconhecido o curso de Estudos Sociais, transformado, mais tarde, em dois cursos independentes, o curso de Licenciatura em História e o Curso de Licenciatura em Geografia. Em 1994 foi criado o curso de Matemática. Neste mesmo ano também foi criado o curso de Administração, mas, em função de questões normativas da época, foi criada, exclusivamente para este curso, a Faculdade Cenecista de Ciências Administrativas de Osório (FACAD). Esta foi, todavia, extinta em 2004 e a FACOS passou a abrigar o curso de Administração .

No ano de 1999 foi criada a Licenciatura em Pedagogia, com Habilitação para séries iniciais do ensino fundamental, sendo modificada em 2006 com as novas diretrizes curriculares para o curso de Pedagogia. No ano de 2000 foi autorizada a Licenciatura em Educação Física e a IES passou a atuar na área da saúde. Em 2002 foi autorizado o curso de Licenciatura em Computação. Em 2007 foi autorizado o Bacharelado em Direito e em 2008 foi autorizado o curso de Ciências Biológicas, seguido de Ciências Contábeis (2009) e o curso de Psicologia (2010). Em 2012 foram autorizados os Bacharelados em Educação Física e Enfermagem.

Em 2010 foi iniciado o processo de credenciamento em EAD e foram solicitados quatro novos cursos nesta modalidade: Tecnólogo em Gestão de

Pessoas e Tecnólogo em Processos Gerenciais, Pedagogia e Teologia. Para isso houve a implantação do Centro de Educação a Distância (CEAD), que é responsável pela gestão da ampliação do campo de atuação da IES, levando em conta o seu pertencimento a uma rede de escolas e instituições de ensino superior, a rede CNEC. A sua Mantenedora é filantrópica e tem instituições, tanto de ensino superior quanto de educação básica, em 20 Estados brasileiros. Fato este que facilita a expansão do ensino superior em localidades do interior dos estados brasileiros.

Em paralelo à criação de novos cursos, as edificações da IES também foram ampliadas em 2008. Em 2012 iniciou-se a conclusão das edificações do atual campus. Existe a possibilidade, caso haja demanda, da criação de um novo *campi* para abrigar novos cursos a serem implantados, principalmente levando em conta a solicitação de credenciamento em EAD. Com esta nova modalidade a área tecnológica da Faculdade vai se expandindo, dando fundamento à pretensão de tornar-se Centro Universitário ainda na vigência deste PDI.

Há três décadas, a FACOS vem se consolidando como centro de fomento de projetos e serviços, promovendo a capacitação, o aperfeiçoamento e o aprimoramento de profissionais das mais diversas áreas. Em parceria e/ou convênio com instituições públicas e privadas, oportuniza cursos de pós-graduação, cursos de extensão, ciclos de palestras, seminários, congressos, fóruns, simpósios, além de ceder suas dependências para realização de eventos de interesse da coletividade, fortalecendo sua relação com a comunidade externa. Investe-se em atividades variadas que valorizam a cultura em suas mais diversas manifestações, configurando-se como um espaço de saberes, de discussão e construção de conhecimento.

Como instituição comunitária, a IES tem como diretriz a oferta de cursos que atendam aos anseios da comunidade, identificadas com suas necessidades e em condições de viabilizar o desenvolvimento. As ações se concretizam através das atividades de ensino, de investigação na forma de iniciação científica e de extensão que, em diálogo permanente e significativo com a comunidade, sejam capazes de construir conhecimento e intervir no meio social. A qualidade do ensino ofertado é comprovada pela atuação dos egressos em ações profissionais e inserções em suas

comunidades, bem como pelo desempenho da instituição nas avaliações internas e externas. Esta dedicação à educação e à formação de profissionais que atuam na região do Litoral Norte é reconhecida na região e com a implantação da educação a distância esse compromisso se amplia para as regiões onde ficam situados os polos de EAD.

No campo das Licenciaturas, e diante da sempre maior carência de docentes, se pretende ampliar a oferta de cursos na modalidade EAD, buscando atender as necessidades de diferentes regiões do país. Aqui nesta IES, fundamenta-se a formação na perspectiva de uma educação inovadora, tendo como princípios a ética, o diálogo com as diferenças culturais e a produção de conhecimento com excelência e responsabilidade social.

Missão, objetivos e metas da instituição na sua área de atuação.

Missão: *Promover a formação integral das pessoas oferecendo educação de excelência com compromisso social*

A Missão evidencia o propósito institucional que se projeta na linha formadora de seu egresso. Está pautada por duas diretrizes fundamentais: a formação integral e o compromisso social. Quanto à formação integral, esta se encontra alicerçada em uma sólida formação humana e cultural, à maneira da síntese de Jacques Delors e seus quatro pilares, quais sejam:

- *aprender a ser, formando, para os valores éticos, honestidade, coerência, pensamento autônomo e crítico, liberdade e responsabilidade;*
- *aprender a conviver, formando pessoas com espírito cooperativo e de equipe, respeito às diferenças e capacidade de dialogar;*
- *aprender a conhecer, formando o espírito de pesquisa e busca, compreensão de fenômenos, a capacidade de argumentar, o conhecimento técnico-científico, a integração da teoria e da prática, a consciência de aprender a aprender e atualizar-se sempre, o conhecimento sensitivo, artístico e estético, a apropriação crítica das informações e dos recursos tecnológicos;*

- *aprender a fazer, em especial, na capacidade de solucionar problemas, apoiado em fundamentos teóricos, na capacidade empreendedora, na elaboração de conceitos autônomos e críticos, na elaboração de projetos e propostas, no espírito de iniciativa, invenção e imaginação e na capacidade de exercer a liderança.*

A formação, nesse sentido, diz respeito à constituição de um profissional que entende que sua profissão visa à realização pessoal e à sobrevivência, mas também é uma prestação de serviço à sociedade; tem, portanto, uma função social relevante.

A segunda diretriz se refere ao compromisso social da IES, apontando para a relação instituída com a comunidade. O compromisso social se mostra em ações, permitindo o exercício da cidadania, o conhecimento da realidade cultural, social e econômica da região com vistas à melhoria da qualidade da mesma. Esse compromisso está diretamente vinculado à concepção de que o exercício da cidadania “*é um esforço na procura de novas maneiras de ver e viver as relações coletivas, sociais e culturais, [...] de maneira a transformar a qualidade de vida de todos aqueles implicados nela*” (SATIRO, 2007, p. 389).

Com isso, a Faculdade Cenequista de Osório - FACOS define a excelência em educação como sólida formação humana e cultural e a inserção comprometida com a comunidade.

Em seu planejamento estratégico, a FACOS estabeleceu os seguintes princípios para alcançar o seu propósito institucional:

- Comprometimento;
- Ética;
- Aproximação Humana;
- Competência;
- Responsabilidade Social;
- Qualidade.

Visão: *Consolidar-se como centro de excelência em educação nas modalidades presencial e a distância.*

A concepção da visão se traduz na condição de estar voltada à realidade socioeconômica da região, integrando-se no processo construtivo e de melhoria da cidade de Osório e adjacências, através da oferta de modalidades de formação profissional com qualidade cognitiva e comprometimento ético, empreendendo um processo educativo que favoreça o desenvolvimento do indivíduo, com capacidade crítica, autonomia intelectual e comprometimento com a resolução dos problemas sociais.

Objetivos

É objetivo da FACOS o aperfeiçoamento constante dos cursos, visando à qualidade de ensino, para que a equipe multidisciplinar venha a obter, como resultado final, a inserção do aluno, com sucesso, no mercado de trabalho.

Consciente de que a sociedade ideal é aquela que preconiza a justiça, a dignidade e a solidariedade, a FACOS entende o educando, dos Cursos de Licenciatura e de Bacharelado, como um cidadão crítico, consciente, reflexivo e participativo, capaz de respeitar os valores familiares, morais e cívicos, com vistas ao desenvolvimento harmonioso de suas potencialidades, assumindo com responsabilidade e liberdade as suas ações e atitudes, contribuindo para uma sociedade mais justa.

Com o objetivo de concretizar essa filosofia, a Instituição proporciona, através de seus cursos, condições para o aluno aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver e aprender a ser. Para tanto, propõe-se a:

- estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua;
- incentivar o trabalho de pesquisa e investigação, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

- promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem o patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações e de outras formas de comunicação;
- suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração;
- estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição;
- preparar profissionais em cursos de especialização, mestrado e doutorado, em função da demanda do mercado de trabalho nas instituições públicas e privadas;
- formar professores para a docência universitária, visando atender à expansão quantitativa desse ensino e à elevação de sua qualidade.

2 Justificativa

A história da *avaliação institucional* nas universidades brasileiras, mesmo que recente¹ e, em sua criação, influenciada por modelos de procedimentos político-educativos existentes na Europa e nos Estados Unidos, atualmente já apresenta traços de nossa cultura e destaca-se por seu processo de evolução permanente. Essa dinâmica resulta de vontades político-educativas tanto em nível nacional, quanto interno em cada instituição, tentando encontrar soluções para os problemas, a curto e médio prazo, e programar ações que venham a se caracterizar como qualidade nas universidades do Brasil e, assim, projetá-las no panorama mundial.

Atendendo à diversidade cultural do nosso país, compreende-se a necessidade das universidades constituírem Comissões Próprias de Avaliação – CPA, as quais, num processo permanente de discussão sobre o funcionamento da instituição, se empenharão na busca de soluções à melhoria dos índices de qualidade.

O funcionamento da CPA, na FACOS, cumprindo os dispositivos legais, implica a participação, de todos os segmentos da comunidade acadêmica e não acadêmica, e da sociedade civil organizada para planejamento, coordenação e sistematização de ações que forem analisadas como necessárias a partir da *participação da comunidade acadêmica e não-acadêmica em resposta aos instrumentos avaliativos*, institucionalizados.

A implantação da avaliação institucional, a nível nacional é parte importante do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) que contém três modalidades básicas de instrumentos de avaliação que são aplicados em diferentes momentos:

¹ No Brasil, em julho de 1993, a partir de iniciativa da comunidade universitária, o Ministério da Educação (MEC) criou a Comissão Nacional de Avaliação e o seu Comitê Assessor, ambos constituídos por representantes da comunidade científica, que elaboraram e passaram a implementar o Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras - PAIUB. Em 1994, concluído o Documento Básico do PAIUB, ocorreu a integração das universidades que receberam auxílio para a execução de seus projetos de avaliação institucional.

a) a Avaliação das Instituições de Educação Superior (AVALIES), que é concebida como o centro de referência e articulação do sistema de avaliação, e se desenvolve em duas etapas principais: a auto-avaliação, coordenada pela CPA e a avaliação externa, realizada por comissões designadas pelo INEP, estabelecidas pela CONAES;

b) a Avaliação dos Cursos de Graduação, que avalia os cursos de graduação por meio de instrumentos e procedimentos que incluem visitas de comissões externas;

c) a Avaliação do Desempenho dos Estudantes, realizada por meio do Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE), que será aplicado aos estudantes do final do primeiro e do último ano do curso.

A exposição desse processo enfatiza o desenvolvimento das etapas de preparação do desenvolvimento propriamente dito e a consolidação do projeto de avaliação.

O *plano de ações* e os *instrumentos de avaliação* são avaliados anualmente pela Comissão. A *sistematização das informações* e a *discussão dos resultados*, bem como a *divulgação desses* e o *encaminhamento de soluções aos problemas levantados* e *melhorias na qualidade do cumprimento da missão da Instituição*, que também formam parte das atribuições dos representantes dos segmentos que constituem a CPA, estão previstas no plano e são documentadas em relatórios anuais.

A referida comissão assume o compromisso de tornar público todo este processo *do que, quando e como* a Instituição investiu em educação. Inclui-se, pois, a CPA na estrutura organizacional da instituição, com Regulamento Próprio.

3 Objetivos e Atribuições da CPA

A CPA/FACOS institui como objetivo *atuar num processo contínuo de avaliação e aperfeiçoamento, na contribuição ao planejamento da gestão universitária*. Para alcançá-lo, assume as atribuições de coordenar e articular o seu processo interno de avaliação como previsto no PDI, disponibilizar informações, realizar a auto-avaliação e organizar o plano geral de trabalho em caráter anual, priorizando as ações de curto e longo prazos, que seguirão assim especificadas:

- a) deliberar sobre o encaminhamento e/ou consultas propostas pelo INEP/MEC ou outros órgãos públicos e privados;
- b) sensibilizar a comunidade acadêmica e não acadêmica para relevância da avaliação institucional e sua interação com a missão institucional;
- c) sensibilizar a comunidade acadêmica à participação no Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes – ENADE, facilitando as informações pertinentes ao evento;
- d) avaliar para planejar ações contínuas, visando a adequação das atividades da Instituição aos pressupostos Cenequistas e à demanda da comunidade regional;
- e) considerar a relevância científica e social das atividades e serviços prestados na instituição;
- f) construir os diferentes instrumentos de avaliação, contemplando as dimensões a serem avaliadas;
- g) fixar políticas de avaliação que orientará as atividades do Programa de Avaliação Institucional Interna;
- h) divulgar informações relevantes à comunidade acadêmica e não-acadêmica e à sociedade civil organizada sobre a qualidade de desempenho da FACOS na sua missão;
- i) solicitar ao Diretor da IES o custeio das despesas necessárias ao regular funcionamento da CPA.

4 Metodologia

4.1 Metodologia para Avaliação da Modalidade de Ensino Presencial

A preocupação com as especificidades características dos segmentos da Instituição ressalta a necessidade em atender a multiplicidade de interesses que permeiam cada espaço institucional, através de uma metodologia pautada nos princípios da participação dos diferentes segmentos que compõem a CPA, da visibilidade de todas as suas atividades. Implica, também, ter assegurada a ampla divulgação de todos os procedimentos expressos em atividades de construção onde se faça incorporação gradual de todas as dimensões avaliativas, contempladas no gerenciamento das informações disponibilizadas em diferentes instrumentos aplicados ou informações recebidas pelos órgãos.

Este Projeto de Avaliação Institucional contempla 10 (dez) dimensões com as quais as ações da CPA estão articuladas, constituindo-se no foco da avaliação institucional:

Dimensão 1 – A missão e o plano de desenvolvimento institucional;

Dimensão 2 – A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

Dimensão 3 – A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

Dimensão 4 – A comunicação com a sociedade;

Dimensão 5 – As políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

Dimensão 6 – Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

Dimensão 7 – Infraestrutura física, especialmente a de ensino e de iniciação científica, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

Dimensão 8 – Planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;

Dimensão 9 – Políticas de atendimento aos estudantes;

Dimensão 10 – Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

Para a adequada implementação e os bons resultados do processo de autoavaliação ficam estabelecidas as seguintes condições, consideradas fundamentais:

a) Comissão Permanente de Avaliação – CPA com autonomia e condições para coordenar o planejamento e a execução das atividades, mantendo o interesse pela avaliação, sensibilizando a comunidade, assessorando os segmentos quanto à divulgação, análise e discussão dos resultados e quanto à tomada de decisões sobre as providências saneadas;

b) compromisso da Direção de utilização dos resultados como instrumento de gestão e o provimento das condições físicas, materiais e de recursos humanos para o desenvolvimento das atividades de avaliação.

c) participação de todos os integrantes da instituição, com o envolvimento dos diferentes segmentos, imprescindível na construção e legitimação do conhecimento gerado a partir da avaliação.

Para que sejam contempladas as dimensões da auto-avaliação institucional descritas anteriormente, são propostos diversos instrumentos de coleta de dados, que envolvem como público-alvo as comunidades interna e externa. Utilização de meios como, site, e-mail, redes sociais, mural, etc., para realizar e publicizar as avaliações realizadas.

As informações coletadas são compiladas em gráficos, quando oportunos, para uma visão mais panorâmica da realidade; cada resultado individual é considerado significativo para poder analisar a situação e repensar transformações para melhoria, quando necessário. Em alguns instrumentos, os informantes acrescentam opiniões e sugestões que são encaminhadas aos devidos setores/cursos avaliados.

Constituem-se em objetos de análise relatórios solicitados junto às coordenações de cursos de graduação, coordenações de setores e direção da IES, com informações sobre planejamento – ações planejadas e efetivadas, política de gestão, políticas internas nas suas diversas áreas de atuação e demais informações relevantes no âmbito das dimensões da avaliação institucional.

É necessário ressaltar que os dados quantitativos não tem valor para a avaliação sem a análise de causa e efeito. Esses dados necessitam de um “olhar” crítico e qualitativo para reconhecer diferenças, valorizar especificidades, analisar e explicar situações. Buscar sentido acadêmico e pedagógico para os números é dar significado a avaliação. Esses dados serão trabalhados com transparência e disponibilizados a toda comunidade acadêmica para debates, discussões e sugestões.

Uma das ações de fundamental importância no processo de auto-avaliação institucional é a análise, discussão e posterior elaboração de pareceres sobre os documentos institucionais. Tal procedimento se dá com referência ao Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI, ao Projeto Político Pedagógico Institucional – PPPI, aos Projetos Pedagógicos dos Cursos – PPC’s, o Planejamento Estratégico e outros documentos norteadores das políticas de gestão.

Considerando que o SINAES prevê a articulação entre a avaliação da IES (interna e externa), a avaliação dos cursos de graduação e a avaliação dos estudantes (ENADE), a CPA utiliza como fonte de dados os relatórios enviados pelo INEP, com dados referentes à avaliação externa da IES, à avaliação dos cursos de graduação e aos resultados no ENADE. Os dados presentes nos relatórios de avaliação externa são comparados aos dados de instrumentos de avaliação propostos pela CPA, para contextualização e posterior encaminhamento de

sugestões de ações para implementação de melhorias em relação às fragilidades apontadas.

4.2 Metodologia para Avaliação na Modalidade de Ensino à Distância

Em termos específicos relativos à Educação a Distância, a CPA cumpre seu desiderato por meio de abordagens de avaliações, valendo-se de audiências com o Centro de Educação a Distância – CEAD da IES, onde se dá a apropriação das dimensões de organização e atuação deste, nos seguintes termos:

a) **Estrutura Organizacional da Educação a Distância**, onde são estabelecidas as bases institucionais da EAD, constando apontamentos relativos a sua estrutura de pessoal, proposta pedagógica, modelagem tecnológica e fluxos administrativos;

b) **Vertente Pedagógica**, com a promoção de compreensões das relações entre o perfil de egresso, habilidades e competências, eixos de transversalidade, avaliações, metodologias e concepções pedagógicas;

c) **Vertente Tecnológica**, pela explicitação das definições e modelagens de sistemas e aplicativos eletrônicos educacionais e administrativos, instanciamentos de conteúdos em rede, bem como apontamentos das características de equipamentos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;

d) **Padrões de Atendimento e Fluxo de Comunicação**, por meio do apontamento das linhas de atendimento em EAD, estratégias para os fluxos de comunicação entre polos e sede, apontamento dos caminhos necessários para a realização dos processos de avaliação presencial, tanto quanto a explicitação dos papéis e atribuições do corpo social da sede e dos polos.

Suas ações de diálogo com a EAD, apropriação das suas iniciativas e avaliação dos caminhos verificados, são regularmente registradas em atas, relatórios e demais documentos, produzidos a partir da análise das informações produzidas pelas ações referidas e nas dimensões apontadas. Os resultados destas

avaliações são regularmente encaminhados à Direção da IES e ao CEAD, com contornos informativos dos dados compilados e propositivo do reforço dos aspectos fortes e melhorias dos aspectos frágeis assim entendidos pela Comissão, como forma de otimização do processo educativo e administrativo avaliado.

A avaliação institucional remete à responsabilidade social, à qualidade da educação superior, à missão e à história da instituição. Concebida como um processo global, a avaliação institucional garante momentos de reflexão sobre suas finalidades e resultados, permeada por uma modalidade formativa que co-responsabiliza todos os setores que a compõem.

A institucionalização dos processos de avaliação no ensino superior é uma forma de viabilizar a melhoria de sua qualidade, constituindo-se em importante ferramenta para o planejamento da gestão institucional e, também, uma das formas de assegurar prestação de contas à comunidade acadêmica das atividades desenvolvidas pela IES.

Para o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), os processos avaliativos devem constituir um sistema que permita a integração das diversas dimensões da realidade avaliada, assegurando as coerências conceitual, epistemológica e prática, bem como o alcance dos objetivos dos diversos instrumentos e modalidades. Decorre deste processo a importância de ampliar e aperfeiçoar as condições de atuação da Comissão Própria de Avaliação (CPA).

No que tange aos processos internos, **a autoavaliação dos cursos** está organizada para ser expressa através dos seguintes instrumentos:

- a) enquetes de avaliação disponibilizadas aos alunos, tutores e professores ao término de cada unidade de estudo;
- b) canal de atendimento on-line para sugestões, reclamações, aberto permanentemente e criação de um banco de sugestões para análise em reuniões mensais pelo coordenador;
- c) questionários de avaliação das disciplinas, aplicadas aos alunos ao término de cada disciplina;
- d) questionários de avaliação aplicados aos tutores, professores, coordenadores de pólo e de curso, ao final de cada segmento;

e) avaliação semestral, através dos instrumentos institucionalizados da CPA.

No que tange à periodicidade das reuniões de avaliação do processo de EAD pré-agendadas prevê-se:

REUNIÕES BIMESTRAIS	
Modalidade	Participantes
Presencial	Equipe multidisciplinar, coordenadores de curso, representante da tutoria a distância, professores das disciplinas em andamento.
Vídeoconferência	Equipe multidisciplinar, coordenadores de pólo e tutores presenciais, coordenadores de curso, 1 representante discente por curso/pólo.
Presencial	Comitê Técnico de Avaliação, Equipe Multidisciplinar, Coordenadores de Curso, NDE, no término de cada segmento.

REUNIÕES SEMESTRAIS	
Modalidade	Participantes.
Presencial	Colegiado dos cursos.
Presencial	Equipe multidisciplinar, Coordenadores de curso, Secretaria Acadêmica.
Vídeoconferência	Gerência Nacional, Coordenação Geral, Coordenadores de Pólo.

A representação de docentes, discentes e tutores é regulada no Regimento da Instituição cuja participação é determinante para a revisão e qualificação dos processos em EAD.

5. Dimensões da Avaliação

A CPA/ FACOS documenta o processo avaliativo interno por dimensões, organizadas em ciclos de avaliações trienais, segundo orientações instituídas no SINAES. Após dimensionadas ações em efetivo e dados informativos disponíveis, planejou-se a continuidade de algumas dessas ações, bem como se instituíram outras consideradas importantes à eficácia do processo avaliativo. Nesse processo, estabeleceram-se os indicadores de efetivação, apontando descritores e fontes à coleta contínua de informações; (re) organizaram-se instrumentos avaliativos, para que se possa, com maior objetividade, proceder a uma análise descritiva de cada ação e uma análise comparativa entre as diversas ações, tecendo a correlação dessas em um panorama geral que possa transparecer a qualidade de funcionamento da instituição. De acordo com os indicadores se procederá ao encaminhamento dos resultados e, quando necessário, em relação a problemas levantados, ao encaminhamento de soluções e posteriormente de seus resultados. Todo processo será registrado em relatórios parciais por avaliação e anual, e ao final do ciclo de avaliação, a ser enviado ao INEP/MEC, bem como disponibilizados em mural próprio interno e na página www.facos.edu.br e redes sociais.

Referenda-se que a variabilidade de caminhos avaliativos em educação e seus resultados deve-se a múltiplos fatores relacionados a investimentos e aos processos de formação, que constituirão a qualidade da Missão da Instituição. Respeitar as diferenças individuais, contemplar a diversidade cultural e a necessidade de novos perfis profissionais, não significa encontrar um produto único.

A busca de qualidade na e da universidade caracteriza-se por um processo gerador de variabilidade de investimentos em pessoas e na gestão de processos de formação, em uma concepção de qualidade. Constitui-se num processo avaliativo não-linear justamente pelas especificidades de cada curso de graduação e pós-graduação e da cultura da região. Ao objetivar qualidade, quer-se contribuir com a construção da autonomia de cada cidadão para se tornar capaz de interagir na universidade e nos demais espaços sociais, uma exigência do presente século.

Nesta etapa de ação da CPA, pretende-se documentar o processo avaliativo interno já existente, com proposta de ações, coleta de dados disponíveis, indicadores de efetivação e serão registradas as diferentes etapas de análise das diversas ações dimensionadas, a serem desenvolvidas e encaminhadas em posteriores relatórios parciais e final ao INEP/MEC e publicizada para a comunidade interna e externa.

5.1. A missão e o plano de desenvolvimento institucional

A avaliação desta dimensão se dará com a análise documental do PDI, PPPI e Regimento da instituição. Esta avaliação deve ser realizada a cada dois anos e compreende:

- a) finalidades, objetivos e compromissos da instituição, explicitados nos documentos oficiais;
- b) concretização das práticas pedagógicas e administrativas e suas relações com os objetivos centrais da instituição, identificando resultados, dificuldades, carências, possibilidades e potencialidades;
- c) características básicas do PDI e suas relações com o contexto social e econômico em que a instituição está inserida;
- d) articulação entre PDI e o Projeto Político Pedagógico Institucional (PPPI) no que diz respeito às atividades de ensino, pesquisa e extensão, gestão acadêmica, gestão institucional e avaliação institucional;
- e) grau de reconhecimento e apropriação do PDI pela comunidade acadêmica;
- f) coerência entre as ações e práticas realizadas na instituição e os propósitos formulados no PDI;
- g) perfil esperado do egresso da instituição.

5.2. A política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas normas de operacionalização, incluídos os

procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.

Nesta dimensão a CPA deverá utilizar questionários, entrevistas e análise documental para avaliar os cursos. Esta avaliação deverá ser realizada semestralmente por amostragem e compreende:

Ensino

- a) infraestrutura física dos cursos;
- b) concepção de currículo e organização didático pedagógica (métodos, metodologias, planos de ensino e de aprendizagem e avaliação da aprendizagem) de acordo com os fins da instituição, as diretrizes curriculares e a inovação da área;
- c) práticas pedagógicas, considerando a relação entre a transmissão de informações e utilização de processos participativos de construção do conhecimento;
- d) pertinência dos currículos (concepção e prática), tendo em vista os objetivos institucionais, as demandas sociais (científicas, econômicas, culturais etc.) e as necessidades individuais;
- e) práticas institucionais que estimulam a melhoria do ensino, a formação docente, o apoio ao estudante, a interdisciplinaridade, as inovações didático pedagógicas e o uso das novas tecnologias no ensino;
- f) transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais, para o desenvolvimento regional e nacional;
- g) natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;
- h) ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa etc;
- i) sistemática e periodicidade da revisão curricular;

j) currículos e programas de estudos de cada curso respondem ao perfil do egresso;

k) critérios orientadores da atualização curricular;

l) políticas de formação de pesquisadores, de formação docente para a educação básica e superior;

m) critérios para abertura de cursos;

n) contribuição da instituição na criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural.

Pesquisa

a) relevância social e científica da pesquisa em relação aos objetivos institucionais, tendo como referência as publicações científicas, técnicas e artísticas, patentes, organização de eventos científicos, realização de intercâmbios e cooperação com outras instituições nacionais e internacionais, formação de grupos de pesquisa, política de investigação e política de difusão dessas produções;

b) vínculos e contribuição da pesquisa para o desenvolvimento local/regional;

c) políticas e práticas institucionais de pesquisa para a formação de pesquisadores (iniciação científica);

d) articulação da pesquisa com as demais atividades acadêmicas;

e) critérios para o desenvolvimento da pesquisa, participação dos pesquisadores em eventos acadêmicos, publicação e divulgação dos trabalhos;

f) natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;

g) ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;

h) contribuição com a criação de conhecimentos para o desenvolvimento científico, técnico ou cultural da nação;

- i) coerência da produção científica da IES com a sua missão, com os investimentos e políticas propostas para o seu desenvolvimento, bem como com as necessidades sociais e as exigências da ciência;
- j) presença de grupos de pesquisa cadastrados na instituição;
- k) apoio de agências de fomento para os projetos de pesquisa na IES;
- l) presença na IES de veículos de divulgação (livros, revistas, jornais) da produção cultural do corpo docente e técnico-administrativo;
- m) promoção de ações e espaços (fóruns, seminários) na instituição para a promoção e divulgação da iniciação científica desenvolvida pelos docentes, discentes e técnicos-administrativos;
- n) existência de política de auxílio aos membros da instituição em relação à apresentação de trabalhos científicos em eventos nacionais e internacionais;
- o) ações da IES de fomento a inter-relação do ensino com a pesquisa.

Pós-Graduação

- a) políticas institucionais para a criação, expansão e manutenção da pós-graduação lato sensu;
- b) política de melhoria da qualidade da pós-graduação;
- c) integração entre graduação e pós-graduação;
- d) formação de pesquisadores e de profissionais para o magistério superior;
- e) órgão responsável pela coordenação das atividades e da política de pós-graduação na IES;
- f) indicadores de atuação profissional dos egressos;
- g) indicador de publicação.

Extensão

- a) concepção de extensão e de intervenção social afirmada no PDI;

b) articulação das atividades de extensão com o ensino e a pesquisa e com as necessidades e demandas do entorno social;

c) transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;

d) participação dos estudantes nas ações de extensão e intervenção social e o respectivo impacto em sua formação;

e) natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;

f) ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa;

g) órgão responsável pela coordenação das atividades e da política de extensão (dinâmica de funcionamento);

h) sistemáticas de avaliação das atividades de extensão desenvolvidas;

i) impacto das atividades de extensão na comunidade e na formação dos estudantes;

j) existência de atividades institucionais em interação com o meio social em áreas como educação, saúde, lazer, cultura, cidadania, solidariedade, organizações econômicas e sociais, meio ambiente, patrimônio cultural, planejamento urbano, desenvolvimento econômico.

5.3. A responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.

Cabe à CPA avaliar a qualidade e a abrangência da instituição nos projetos sociais desenvolvidos e em desenvolvimento a partir da análise descritiva das informações fornecidas em relatórios. Encaminhará a publicação dos resultados quanto aos objetivos alcançados na efetivação das ações sociais, o que deverá

servir de incentivo a novos investimentos na área. Relatórios do Setor de Bolsas e Incentivos quanto ao atendimento dos alunos nos programas que a IES participa.

Esta dimensão será avaliada através de instrumentos com os coordenadores de cursos e setores que se envolvam com a responsabilidade social a cada dois anos, levando em consideração:

a) transferência de conhecimento e importância social das ações universitárias e impactos das atividades científicas, técnicas e culturais para o desenvolvimento regional e nacional;

b) natureza das relações com o setor público, com o setor produtivo e com o mercado de trabalho e com instituições sociais, culturais e educativas de todos os níveis;

c) ações voltadas ao desenvolvimento da democracia, promoção da cidadania, de atenção a setores sociais excluídos, políticas de ação afirmativa.

5.4. A comunicação com a sociedade

A avaliação da comunicação da Instituição com a sociedade onde ela se encontra inserida efetivar-se-á pela análise descritiva dos resultados levantados em pesquisa de opinião e, posteriormente, pelos resultados obtidos em diferentes meios de aferição como a Ouvidoria. O encaminhamento do parecer avaliativo merecerá especial atenção ao segmento da comunidade acadêmica que for referido, valendo o mesmo para a tomada de decisão sobre resolução de eventuais problemas que venham a ser apontados na imagem externa da FACOS. Esse processo visa a construção do perfil da Instituição através de ações que cumpram a sua Missão.

Essa avaliação será realizada a cada dois anos através de instrumentos de avaliação e relatórios da Ouvidoria e outros meios e canais de comunicação utilizados para publicizar as atividades da instituição na comunidade externa. regimentos e manuais de circulação interna informando sobre procedimentos, folhetos, jornais para divulgação interna, sítios eletrônicos de divulgação, guia acadêmico que contenha informações sobre projeto pedagógico do curso, disciplinas, créditos, horários de funcionamento.

Com estes dados poderemos verificar se as estratégias, recursos e qualidade da comunicação interna e externa é efetiva e comprometida com a missão da IES. E, principalmente, como é a imagem pública da instituição nos meios de comunicação social.

5.5. As políticas de pessoal, de carreiras do corpo docente e corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho

As Políticas de Pessoal serão avaliadas através de análise documental e instrumento de avaliação construído pela CPA. A análise deve levar em conta:

- a) planos de Carreira regulamentados para docentes e funcionários técnicos-administrativos com critérios claros de admissão e de progressão;
- b) programas de qualificação profissional e de melhoria da qualidade de vida de docentes e funcionários técnicos-administrativos;
- c) clima organizacional, relações interpessoais, estrutura de poder, graus de satisfação pessoal e profissional;
- d) relação entre a quantidade de alunos e os recursos humanos (docentes e técnicos-administrativos);
- e) relação entre o número de docentes e técnicos-administrativos responde aos objetivos e funções da instituição;
- f) mecanismos claros e conhecidos para a seleção, contratação, aperfeiçoamento e avaliação do corpo docente e técnico-administrativo;
- g) experiência profissional, a formação didático-pedagógica dos docentes e a formação e experiência profissional dos técnicos-administrativos permite o desenvolvimento com qualidade da missão institucional;
- h) grau de satisfação dos docentes e dos técnicos-administrativos com as condições de trabalho, planos de estudos, recursos e outros aspectos vinculados a sua função;
- i) incentivo e outras formas de apoio para o desenvolvimento e qualificação dos técnicos e docentes;

- j) regime de trabalho do corpo docente;
- k) número de docentes doutores, mestres e especialistas;
- l) experiência profissional no magistério e fora do magistério;
- m) número de publicações por docentes;
- n) políticas de capacitação, formação e desempenho;
- o) escolaridade dos técnicos-administrativos.

5.6. Organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.

A CPA planeja construir instrumento avaliativo a ser respondido pelas coordenações, professores e funcionários com questões relevantes a esta dimensão para que a comissão possa formar uma avaliação sobre a interatividade e a integração dos diferentes colaboradores da instituição destacando:

- a) existência de plano de gestão e/ou plano de metas: adequação da gestão ao cumprimento dos objetivos e projetos institucionais e coerência com a estrutura organizacional oficial e real;
- b) funcionamento, composição e atribuição dos órgãos colegiados.
- c) uso da gestão e tomadas de decisão institucionais em relação às finalidades educativas;
- d) uso da gestão estratégica para antecipar problemas e soluções;
- e) modos de participação dos atores na gestão (consensual, normativa, burocrática);
- f) investimento na comunicação e circulação da informação (privativa da gestão central ou fluida em todos os níveis);
- g) existência de procedimentos adequados e conhecidos para organizar e conduzir os processos de tomada de decisões;
- h) a gestão é ficada no resultado ou nos processos;
- i) grau de centralização ou descentralização da instituição;

j) existência de instruções normativas formuladas e conhecidas sobre os procedimentos institucionais (estatutos, regimentos, organogramas, regulamentos internos, normas acadêmicas e outros);

k) os órgãos colegiados funcionam permitindo a participação e a democracia interna, com critérios de composição;

l) existência de organograma institucional explicitando a hierarquia das funções e a dinâmica de funcionamento de acordo com o proposto;

m) existência de outras funções que não estão explicitadas no organograma.

5.7. Infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação

A CPA criará um instrumento de avaliação, revisado anualmente, para verificação da infraestrutura da FACOS, além de análise documental, levando em conta:

a) adequação da infraestrutura da instituição (salas de aula, biblioteca, laboratórios, áreas de lazer, transporte, equipamentos de informática, rede de informações, e outros) em função das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

b) políticas institucionais de conservação, atualização, segurança e de estímulo à utilização dos meios em função dos fins;

c) utilização da infraestrutura no desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras;

d) quantidade de laboratórios é adequada para as necessidades da instituição em relação aos cursos e a quantidade de estudantes;

e) estado de conservação dos laboratórios e bibliotecas e as carências mais relevantes;

f) equipamentos de laboratórios em quantidade e qualidade adequados ao número de alunos;

g) características dos laboratórios e biblioteca quanto à iluminação, refrigeração, acústica, ventilação, mobiliário e limpeza;

- h) quantidade de postos de trabalho individuais e coletivos adequados às necessidades dos usuários;
- i) horários da biblioteca respondem às necessidades dos alunos;
- j) equipamentos da biblioteca tem a quantidade e qualidade necessárias ao atendimento dos estudantes;
- k) a organização dos materiais e o volume de consultas e empréstimos são adequados aos usuários;
- l) a bibliografia básica e complementar está adequada em relação à demanda;
- m) a instituição possui técnicos necessários para o uso e manutenção das instalações físicas;
- n) existência de locais de convívio disponíveis aos discentes, docentes e funcionários técnicos-administrativos;
- o) número de salas suficientes;
- p) número de gabinetes para professores e coordenadores de curso em número suficientes;
- q) número de sala de reuniões em quantidade adequada;
- r) número de condições das salas de conferência/auditório;
- s) número e condições das instalações sanitárias;
- t) acesso para portadores de necessidades especiais;
- u) acesso a bases de dados e biblioteca virtual;
- v) número e condições de laboratórios específicos;
- x) descrição do plano de segurança, proteção de riscos e proteção ambiental;
- y) questionários de satisfação dos usuários sobre as instalações em geral e especialmente sobre a biblioteca, laboratórios e equipamentos de informática.

5.8. Planejamento e avaliação, especialmente em relação aos processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional

A dimensão planejamento e avaliação será realizada com análise documental e entrevistas levando em conta os seguintes aspectos:

- a) adequação e efetividade do (plano estratégico) planejamento geral da instituição e sua relação com o projeto pedagógico institucional e com os projetos pedagógicos dos cursos;
- b) procedimentos de avaliação e acompanhamento do planejamento institucional, especialmente das atividades educativas;
- c) o funcionamento do planejamento das atividades da instituição;
- d) no planejamento incorpora ações para a melhoria contínua entre a avaliação e o planejamento;
- e) mecanismos para a realização das ações de avaliação;
- f) condições necessárias para a autoavaliação ser efetivada;
- g) participação suficiente para assegurar o comprometimento e a apropriação dos resultados da autoavaliação da maior parte da comunidade;
- h) o relatório de autoavaliação consegue comunicar bem as conclusões do processo de avaliação interna;
- i) discussão dos resultados com a comunidade;
- j) ações e mudanças imediatas com o resultado do processo de autoavaliação;
- k) modificações incluídas no planejamento de futuras atividades;
- l) divulgação interna do processo e dos resultados da avaliação interna.

5.9. Políticas de atendimento aos estudantes

A CPA realizará avaliação das políticas de atendimento ao discente através de análise documental, questionários e entrevistas considerando:

- a) políticas de acesso, seleção e permanência de estudantes (critérios utilizados, acompanhamento pedagógico, espaço de participação e de convivência) e sua relação com as políticas públicas e com o contexto social;
- b) políticas de participação dos estudantes em atividades de ensino (estágios, tutoria), iniciação científica, extensão, avaliação institucional, atividades de intercâmbio estudantil;

- c) mecanismos/sistemáticas de estudos e análises dos dados sobre ingressantes, evasão/abandono, tempos médios de conclusão, formaturas, relação professor/aluno e outros estudos tendo em vista a melhoria das atividades educativas;
- d) acompanhamento de egressos e de criação de oportunidades de formação continuada;
- e) mecanismos de apoio acadêmico, compensação e orientação para os estudantes que apresentam dificuldades acadêmicas e pessoais;
- f) regulamentos dos direitos e deveres dos estudantes;
- g) aspectos positivos e negativos detectados no que diz respeito às políticas de atendimento ao estudante;
- h) fornecimento de bolsas de ensino, pesquisa e extensão;
- i) política de participação de estudantes em eventos;
- j) programas de mobilidade e intercâmbio;
- k) políticas claras de participação dos estudantes em projetos com os docentes;
- l) políticas de incentivo para a criação de empresas júnior, incubadoras;
- m) políticas de incentivo a estágios, intercâmbios com instituições e estudantes do exterior;
- n) programas e práticas de iniciação à ciência e de formação inicial de futuros pesquisadores;
- o) inserção profissional dos egressos;
- p) participação dos egressos na vida da instituição;
- q) mecanismos para conhecer a opinião dos egressos sobre a formação recebida, tanto curricular quanto ética;
- r) a situação dos egressos;
- s) índice de ocupação entre os egressos;
- t) relação entre ocupação e a formação recebida;
- u) atividades de atualização e formação continuada para os egressos.

5.10. Sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior

A CPA elabora a avaliação da sustentabilidade financeira através de análise documental e entrevistas, levando em conta os seguintes aspectos:

- a) sustentabilidade financeira da instituição e políticas de captação e alocação de recursos;
- b) políticas direcionadas à aplicação de recursos para programas de ensino, pesquisa e extensão;
- c) relação entre a proposta de desenvolvimento da IES e o orçamento previsto e o PDI;
- d) os equipamentos e espaços necessários para o desenvolvimento do Projeto Pedagógico Institucional são atualizados em número e qualidade;
- e) destinação de verbas para a capacitação de docentes e de técnicos administrativos compõe o orçamento;
- f) controle de despesas efetivas e aquelas referentes à despesa correntes, de capital e de investimento;
- g) planilha financeira que compõe o PDI.

6. FORMAS DE UTILIZAÇÃO DOS RESULTADOS

Os dados coletados, expressos quantitativa e qualitativamente, são encaminhados à Direção e aos Coordenadores de Cursos e de Setores, cabendo a estes tomarem as providências necessárias de gestão para que sejam efetivadas melhorias em relação às fragilidades apontadas.

Através da análise dos relatórios de cada instrumento proposto e comparação com relatórios anteriores, são promovidas discussões em relação às melhorias implantadas e possíveis sugestões em relação a fragilidades ainda observadas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, MEC. Diretrizes para Avaliação das Instituições de Educação Superior, 2004.

LEI nº 10861, de 14 de abril de 2004.

PORTARIA nº 2051 de 09 de julho de 2004.

TEIXEIRA, L.H.G. Cultura Organizacional da Escola, mudança e formação de professores do ensino. In: SILVA, R.C. **Educação para o século XXI: dilemas e perspectivas**. Piracicaba: UNIMEP, 1999.

ANEXO I

Ciclo de Avaliações 2013 – 2015

DIMENSÕES DO SINAES	AVALIAÇÕES Ações e Instrumentos	APLICAÇÃO					
		2013/1	2013/2	2014/1	2014/2	2015/1	2015/2
I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional.	Análise documental			X			X
II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades.	Política para o Ensino, a Pesquisa, a Pós-Graduação e a Extensão		X				X
	Perfil do Ingressante	X		X		X	
	Perfil do Aluno		X		X		X
	Perfil do Egresso		X		X		X

<p>III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural.</p>	Responsabilidade Social		X			X
<p>IV – a comunicação com a sociedade.</p>	Comunicação com a Sociedade			X		
<p>V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho.</p>	Política de Pessoal	X		X		X
<p>VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios.</p>	Comunicação Interna da FACOS	X		X		X

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação.	Infraestrutura		X		X		X
VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional.	Planejamento e Avaliação		X		X		X
IX – políticas de atendimento aos estudante.	Política de Atendimento	X		X		X	
X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.	Sustentabilidade Financeira		X		X		X